

## EROTICS: PESQUISA EXPLORATÓRIA SOBRE SEXUALIDADE E INTERNET

*Jac sm Kee*

### INTRODUÇÃO

Qual é o valor da internet no exercício dos direitos? O rápido desenvolvimento e o crescimento do acesso à internet e de seus serviços, nas últimas duas décadas, mostram o seu papel crucial na atual vida social, política, econômica e cultural. A internet tem sido um espaço-chave para facilitar o exercício dos direitos fundamentais e da liberdade, especialmente para acessar a informação crítica, construir conhecimento, expressar pensamentos e crenças, formar redes e comunidades e mobilizar para mudanças. Para as pessoas que têm pouco acesso a outros tipos de públicos, devido às múltiplas formas de discriminação que elas enfrentam – incluindo discriminação com base em sexo, idade, classe ou sexualidade – a internet pode ser um espaço particularmente importante para negociar e reivindicar a realização dos seus direitos.

No entanto, a internet é cada vez mais regulada por governos, entidades privadas e outros atores. Muitas vezes, os esforços para regular o fluxo livre de informação, expressão e práticas online são discutidos a partir da necessidade de regulamentar e preservar as normas sobre gênero e sexualidade. Isto também é apoiado por

forças conservadoras, que muitas vezes agem a partir de um ponto de vista moralista. As formas mais conhecidas de restrição de conteúdo e de atividades de alto risco na internet giram em torno da pornografia, e cada vez mais, da proteção das crianças contra danos sexuais. No entanto, debates sobre políticas e o desenvolvimento de políticas raramente levam em conta as perspectivas desses beneficiários.

A pesquisa EROTICS tem como objetivo preencher a lacuna entre a política e medidas legislativas que regulam o conteúdo e a prática na internet, e as atuais práticas vividas no mundo real, experiências e preocupações dos usuários/as de internet no exercício de seus direitos sexuais. Tem como objetivo promover a formulação de políticas baseadas em evidências, por meio do engajamento em pesquisas de campo com um amplo número de pessoas usuárias de internet – especialmente aquelas mais afetadas pelas medidas de regulação da internet, incluindo mulheres e pessoas de diversas sexualidades – para informar e orientar políticas, possibilitando um processo mais transparente de tomada de decisão.

O projeto, desenvolvido pela Associação para o Progresso das Comunicações, foi conduzido em cinco países – Brasil, Índia, Líbano, África do Sul e Estados Unidos – de 2008 a 2010, para responder a questão:

Como os debates emergentes e a crescente prática de regulação de conteúdo online impedem ou facilitam as diferentes formas de as mulheres usarem a internet e o impacto em sua expressão sexual, sexualidades e práticas de saúde sexual, e afirmação de seus direitos sexuais?

Em outras palavras:

- Como a internet facilita o exercício dos direitos sexuais e a expressão das sexualidades, especialmente das mulheres que vivem em diferentes contextos sociopolíticos, econômicos e culturais?
- Como a regulação online emergente afeta essa habilidade?

Este esboço define o âmbito de pesquisa e os resultados de cada uma das equipes de pesquisa nos países parceiros. Cada equipe documentou e estudou determinadas comunidades e questões que foram encontradas para ecoar mais fortemente com as principais questões da pesquisa. Assim, um rico corpo de conhecimento foi produzido representando as vozes, preocupações, perspectivas e experiências de uma diversa gama de usuários/as de internet que usam a internet no exercício e na expressão de sua sexualidade e de seus direitos sexuais, que são analisados contra o panorama político e legislativo e as tendências atuais na regulação da internet no país aplicável.

Alguns dos destaques que surgiram da pesquisa incluem:

- As inesperadas e profundas maneiras de engajamento com que as mulheres em Mumbai negociam os riscos na internet e usam estrategicamente a mídia para explorar, definir e desafiar os limites das normas de gênero e sexualidade.
- A contradição entre proteções constitucionais e medidas legislativas que têm impacto na censura, e como isso pode constranger a democratização da internet e o potencial de empoderamento de lésbicas

e pessoas transgêneras na África do Sul, que usam a internet para construir e representar suas identidades.

- O desenvolvimento paralelo da internet e do movimento gay no Líbano, e como isso tem apoiado a autorrepresentação criticamente valorizada de sua política e identidade, e como a abertura da internet está atualmente sob ameaça, com a introdução de nova legislação punitiva.
- A natureza arbitrária e irresponsável do mandado de filtragem da internet em bibliotecas públicas nos Estados Unidos, e como essa medida não só não cumpre o objetivo pretendido de proteção dos jovens contra conteúdos potencialmente danosos, como pode colocá-los sob risco adicional ao negar-lhes acesso a informações críticas.
- A disjunção entre a centralidade da sexualidade nas políticas dinâmicas e complexas sobre a regulação da internet no Brasil, e a conscientização e participação de movimentos de direitos das mulheres, feministas e de direitos sexuais relativamente silenciados no debate offline, em contraste com a militância vibrante, o investimento e engajamento no tema demonstrado por uma grande diversidade de usuários/as online.

Os resumos a seguir fornecem uma visão geral dos esforços de pesquisa e abordam as principais áreas de interesse, preocupação e interrogação sobre as conclusões. Eles dão uma visão rápida e convincente da riqueza do universo da pesquisa e da complexidade do assunto. O relatório de cada país e uma análise entre os países serão publicados em uma edição especial no site [www.genderIT.org](http://www.genderIT.org) em maio de 2011.

Para mais informações sobre o projeto, incluindo artigos sobre as conclusões iniciais, acesse: [erotics.apc.org](http://erotics.apc.org)

# PÚBLICOS SEXUAIS ONLINE E O DEBATE SOBRE A REGULAÇÃO DA INTERNET NO BRASIL

*Observatório de Sexualidade e Política e Centro Latino-americano em  
Sexualidade e Direitos Humanos*

## CONTEXTO

A reforma constitucional brasileira em 1988 gerou uma carta de direitos, solidamente alicerçada nos direitos humanos e princípios democráticos da não discriminação, liberdade, igualdade e equidade, o direito à privacidade, igualdade de gênero e raça e adequado processo judicial. O texto constitucional também dá prioridade à proteção dos direitos das crianças e, depois de ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC, 1989), o Estatuto da Criança e do Adolescente foi adotado (1990). O quadro institucional atual do Estado também privilegia a participação dos cidadãos nos assuntos do governo por meio de consultas públicas, e um desenvolvimento considerável das organizações da sociedade civil.

Apesar de seu desenvolvimento institucional e estabilidade política, os desafios de gênero e justiça sexual persistem. O aborto continua a ser ilegal (exceto no caso de estupro e risco de vida), os níveis de violência contra LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros) são altos e líderes religiosos conservadores que acumularam poder político nos últimos anos sistematicamente se opõem e atacam a agenda de direitos sexuais. Embora um eleitorado amplo e diversificado apoie a proteção dos

direitos das crianças e dos adolescentes, os apelos pela igualdade de gênero e os direitos LGBT enfrentam uma forte resistência cultural.

Em 2009, 67,5 milhões de pessoas no Brasil tinham acesso à internet, com um aumento recente entre as mulheres, adolescentes e crianças. A participação em plataformas de redes sociais como o Orkut é particularmente significativa. Em 2008, cerca de 50% dos membros do Orkut em todo o mundo eram brasileiros (cerca de 23 milhões de pessoas). A internet tem se multiplicado e amplificado a capacidade das pessoas de obter informações, participar de intercâmbios e se mobilizar politicamente, trazendo noções novas de interatividade para a lógica da dinâmica da esfera pública. As trocas e performances na internet têm a virtude de formar e reconfigurar subjetividades, gêneros e hierarquias sexuais. A expressão sexual, a comunicação, o desempenho, o desenvolvimento e a contestação das identidades sexuais são característicos da atividade de redes sociais na internet. O desenvolvimento da sexualidade nesse ambiente promete prazer e representa perigo, conforme apropriado por atores com diferentes compromissos morais. Em outras palavras, a internet é um espaço propício para não-expressões

(hetero)normativas, e sujeito a uma disciplina regular.

Esta pesquisa analisa as práticas de internet, iniciativas de regulação, debates públicos, instrumentos legais e políticas públicas, relacionadas ao desenvolvimento da sexualidade e cidadania na internet e da liberdade de expressão no Brasil.

O estudo abrange dois componentes. Um analisa debates sobre a regulação da internet brasileira, em busca de conexões, separações e pontos cegos no cruzamento entre a legislação e os investimentos na aplicação da lei, sexualidade e direitos humanos, dentro do quadro conceitual de deliberação democrática. Discursos e políticas sobre a pedofilia e a pornografia infantil e seus efeitos no debate sobre a regulação foram examinados, bem como o engajamento (ou ausência) de atores-chave do campo dos direitos sexuais. Além disso, o processo que conduziu à proposta de um Marco Civil Regulatório da Internet foi monitorado como parte do debate público sobre a regulação da internet e seus efeitos sobre o exercício da sexualidade na internet.

O outro componente do estudo, voltado para as práticas online por usuários/as de internet, foi realizado por meio de uma abordagem etnográfica, o que significou o acesso a espaços virtuais para a observação direta da sociabilidade virtual. Esse componente foi baseado na suposição de que as trocas e performances na internet têm a virtude de formar e reconfigurar não só subjetividades, mas também a opinião pública. Dois domínios sociais na internet foram examinados. O primeiro envolveu expressões de preconceito anti-lésbicas e a luta de lésbicas e simpatizantes que respondem a elas à medida que exercem a sua criatividade para contestar o escárnio e o assédio verbal. O segundo foi uma comunidade virtual de pessoas envolvidas em um esforço para legitimar o desejo sexual e relacionamentos amorosos entre adultos e adolescentes, ao mesmo tempo em que foram contestadas e rotuladas como um movimento “pedófilo”.

### Mudando o panorama legal e político de regulação da internet

O Comitê Gestor da Internet (CGI.br), criado em 1995,

atua como o principal órgão regulador da internet no país. Seus membros incluem representantes do governo, do setor privado e da sociedade civil. Legisladores brasileiros agiram na mesma direção dos países e regiões que adotaram uma abordagem criminal em relação à internet, tais como Lei dos Direitos Autorais do Milênio Digital (Digital Millennium Copyright Act - EUA) e da Convenção de Budapeste (UE). Desde 1999, projetos de lei visando à utilização do direito penal para regular o tráfego na internet têm sido debatidos no Congresso. No mesmo período, a exploração sexual infantil na internet ganhou visibilidade, e nos anos 2000 houve uma série de operações policiais e iniciativas legislativas dirigidas à pornografia infantil, bem como a fraudes, à apropriação de dados e ao racismo na internet. A aprovação da “Lei Azeredo” pelo Senado é um destaque nesse processo. Por trás disso, houve uma série de interesses: o sistema bancário, as empresas fonográficas, agências de aplicação da lei, os atores preocupados com a segurança nacional e os grupos de proteção à criança.

Uma ação legal contra o Google por não fornecer acesso a dados sobre usuários suspeitos de participar de redes de pornografia infantil ganhou visibilidade mundial, e obrigou a empresa a assinar um acordo para permitir o monitoramento de crimes com base na internet e acesso rápido aos dados solicitados pelo Poder Judiciário. No início de 2008, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Pedofilia na Internet foi criada no Congresso, presidida por um senador evangélico, conhecido por sua posição contra o aborto e a homossexualidade. Clamores pela criminalização da pornografia infantil e da pedofilia na internet, que giravam em torno da “Lei Azeredo”, tiveram um efeito catalisador sobre a dinâmica, conduzindo à sua aprovação. Como resposta, ciberativistas e ativistas de comunicação do Brasil mobilizaram-se em oposição ao projeto. Petições por um veto presidencial desencadearam uma série de eventos públicos em 2009, que ficou conhecida como a campanha “Mega Não”.

No início de 2009, o CGI.br divulgou uma carta de princípios fundamentada em premissas de direitos humanos, trazendo uma abordagem para a regulação da internet. Em resposta a essa convergência de interesses, o presidente do órgão solicitou que uma alternativa jurídica à “Lei Azeredo” fosse explorada. Em outubro de 2009, foi lançada uma consulta pública para construir as bases

para um Marco Civil Regulatório da Internet. Em abril de 2010, um projeto foi publicado para consulta pública e, em junho, ele foi apresentado ao Congresso.

Esses debates recentes têm sido uma experiência notável de deliberação democrática. Pela primeira vez, no Brasil, uma peça de legislação foi elaborada com base numa consulta pública online. O Marco Civil introduziu uma mudança do apelo de uma abordagem de justiça criminal para uma perspectiva de direitos humanos e direitos civis, crítica em relação à regulamentação da internet.

Essa consulta online criou um novo campo de deliberação democrática que permitiu o acesso igual a todos os agentes interessados, independentemente do seu poder econômico e político. As mesmas regras aplicadas a instituições do Estado (como agências de aplicação da lei), empresas privadas, usuários/as e ativistas. No entanto, alguns atores que manifestaram cautela e desafios para o desenvolvimento desse processo foram identificados. Por exemplo, em contraste com o efeito mobilizador do projeto da “Lei Azeredo”, a consulta online não catalisa diálogo substantivo, interação ou ações conjuntas entre os defensores da proteção à criança, as feministas, os defensores e ativistas de direitos LGBT e ciberativistas. Essa ausência de conversa entre os atores relevantes da sociedade civil, aparentemente, levou à sua incapacidade de competir com o discurso sobre o abuso, proteção e moral sexual implantado por vozes religiosas conservadoras.

A aprovação parcial da “Lei Azeredo” não levou à adoção imediata de estrita censura da internet. No entanto, o alerta sobre abuso de crianças e iniciativas de controle online, muitas vezes baseadas em descrições distorcidas do problema, tem sido disseminado na sociedade, promovendo uma sensação de ansiedade moral. Tal clima pode impulsionar a resistência aos direitos sexuais de um modo geral, e restringir o espaço e os termos de debates em torno das questões da sexualidade. Por exemplo, nenhuma discussão pública consistente tem sido desenvolvida em relação a inconsistências legais, aos efeitos imprevistos de criminalizar a posse de pornografia infantil ou aos apelos para aumentar a idade de consentimento sexual de 14 para 18 anos - para garantir a harmonização com a legislação dos EUA e da Europa - alimentada pela luta contra a pornografia infantil

na internet.

## Sexualidade na internet

No Brasil, redes sociais online como Orkut, Twitter e Facebook tornaram-se um meio privilegiado de comunicação para o público LGBT, especialmente entre os/as jovens que fazem novas e significativas apropriações desses espaços. Essas plataformas também permitiram que as pessoas cuja orientação sexual, experiências e identidades sexuais são marginalizadas se encontrassem e interagissem na internet, criando novas formas de sociabilidade e de organização ou recriação de formas antigas.

Leskut (uma contração de “lésbicas e Orkut”) é uma comunidade da Ning, plataforma de redes sociais individualizadas para as mulheres lésbicas e bissexuais, onde a participação masculina e conteúdo sexual explícito são proibidos. As regras são reforçadas por uma equipe de moderação ativa que exerce o seu poder para proteger os membros da comunidade de intromissões indesejadas. Este estilo de moderação ilustra uma visão particular sobre o papel da autorregulação como meio de afirmação de identidade e construção da comunidade.

Existe outra forma de mobilização pró-lésbica que ocorre no Orkut. Em resposta aos ataques online antilésbicos, alguns membros (incluindo lésbicas autoidentificadas, bem como simpatizantes dos sexos feminino e masculino), postam comentários como um protesto contra a lesbofobia. A maioria dessas trocas é jocosa. Embora não seja considerado como “ativismo” em termos das convenções estabelecidas da política offline, tal engajamento é uma forma significativa de afirmação sexual, luta contra o preconceito e discursos de ódio e busca de segurança online.

Uma terceira forma de afirmação de identidade e construção de comunidade encontrada no Orkut é o da comunidade “Contra o Preconceito Entre Idades” (“Against Inter-Age Prejudice”), cujo fórum discute amor e desejo entre adultos e adolescentes. Embora negue avaliações públicas de sua orientação como doença psiquiátrica ou crime, os membros da comunidade

debatem legislação e investimentos em aplicação da lei contra a pedofilia, bem como a regulação restritiva da idade de consentimento. Essa comunidade apresenta um interessante e desconfortável contradiscurso ao clima geral de ansiedade moral em torno de pedofilia.

### O complexo terreno de mudança política, ação e movimentos sexuais

Embora os relatórios e propostas em relação à proteção da criança tenham tido um impacto nos debates brasileiros sobre a regulação da internet, esse episódio não deve ser lido isoladamente, mas como parte de um amplo quebra-cabeça, ou seja, os significados e sentido da experiência democrática brasileira. As agendas são claramente fragmentadas, embora os eleitores engajados nos direitos sexuais, de proteção à criança e debates ciberpolíticos não tenham cumprido o desafio de abordar abertamente assuntos polêmicos, tais como (i) a necessidade de distinguir entre a pedofilia (um termo psiquiátrico), pornografia infantil (um termo de direito penal) e a exploração sexual de crianças e adolescentes (a linguagem dos direitos humanos); (ii) as implicações de recorrer ao direito penal como meio de regulação e pedagogia social, ou (iii) as implicações do aumento da idade de conteúdo sexual. Envolver essas questões coletivamente significaria expandir significativamente as fronteiras e os conteúdos de deliberação democrática.

O estudo de caso sobre debates em nível nacional sugere que a regulação da internet brasileira poderia se beneficiar de um equilíbrio de perspectiva de direitos, visando atingir um consenso sobre os parâmetros para orientar, por um lado, a adoção de medidas normativas em relação à proteção da criança contra o abuso sexual e, por outro, limitar eventuais restrições dos discursos e propostas sobre direitos sexuais. Formar um sólido equilíbrio suficiente exige deliberação sistemática em eleitorados e perspectivas diferentes, o que não aconteceu até agora.

Um diálogo cruzado entre defensores de proteção da criança, feministas, ativistas pelos direitos LGBT e as comunidades ciberpolíticas não é uma tarefa fácil. No âmbito conceitual dos direitos humanos não é simples nem fácil desenredar a tensão estrutural entre a ação e

o consentimento de um lado, e dominação, coerção e violência do outro.

Isso é ainda mais complicado pelo tipo de “ativismo político” que ocorre pela variada gama de usuários e interesses, como mostrado através do estudo etnográfico online. Embora tenha sido revelada uma grande proliferação de discursos sobre o sexo e as expressões da sexualidade, a ideia liberal de usuários/as de internet como sujeitos autônomos - igualmente dotados/as de vontade livre e plenamente responsáveis por seus atos - como cidadãos/as ideais da era digital deve ser questionada. Isso precisa levar em conta as fontes de desigualdade expressa não só pelos diferenciais no acesso e alfabetização digital, mas também por grandes formas de dominação simbólica, processos de formação de classe e a operação de numerosos marcadores de distinção. A forma como as discussões sobre a regulação da internet estão enquadradas politicamente simplifica e naturaliza uma concepção monolítica de usuário de internet como sujeito autoconsistente, sem levar em conta os modos de como esses temas são construídos na internet.

Atividades de comunidades no Orkut desafiam a suposição de coerência entre sujeitos e suas “políticas”. A “ação política” é um conceito analítico, enquanto os indivíduos agem de acordo com múltiplos contextos, redes de conexões e formas de reflexividade. O uso das TICs é entrecortado por hierarquias sociais. Iniciativas de regulação, bem como atos de violência e expressividade observados, mostram e reafirmam essas hierarquias. Comunidades online - como híbridos público/privado - facilitam muito a afirmação de identidade e a expressão da sexualidade, que fala com o potencial da internet em relação à sexualidade e à liberdade de expressão. Esse campo é político em formas não-convencionais, na medida em que as interações que ocorrem lá dificilmente poderiam ocorrer em outro lugar.

A mobilização de mulheres e homens em nome de lésbicas em resposta aos ataques ao seu direito de exercer livremente sua sexualidade desafia o entendimento convencional do que deveria ser considerado ativismo. Da mesma forma, a criação de uma comunidade online para abordar abertamente as questões controversas de relações sexuais entre idades, onde a CPI da Pedofilia é abertamente criticada - revela uma consciência de

conexões entre debates atuais de regulação na internet, que não são encontrados em nenhum outro lugar.

Essas experiências contrastam, em muitos aspectos, com as formas estabelecidas de Estado e de ativismo de mídia centrado fora da internet. A dinâmica em jogo nesses espaços online não é trivial à luz de um ambiente social, político e de formulação de políticas, onde, por um lado, o espectro de pornografia infantil está mobilizado para justificar o acesso irrestrito a registros, por meio da aplicação da lei, e por outro lado, o movimento LGBT nacional fez do discurso de criminalização da homofobia o seu carro-chefe da reforma legal. Alarques morais não (apenas) produzem censura, mas especificam formas de conhecimento sobre os comportamentos e assuntos sob ataque moral, e aqueles retratados como vítimas.

A interação entre agressores online e seus alvos, única, devido à interatividade e anonimato facilitados pela tecnologia da internet, pode produzir mudanças nas percepções e práticas, e serve como um contraponto à observação de que usuários/as de internet - incluindo ativistas e organizações feministas e LGBT - não investiram em debates sobre a regulação da internet ou sobre as controvérsias em torno de pornografia infantil que “contaminam” o debate. Em contraste com o nível aparentemente baixo de engajamento de ativistas de direitos sexuais mais formais com esses debates, os investimentos cotidianos dos indivíduos nos dois espaços virtuais estudados parecem relevantes. Iniciativas para regular a internet de forma mais restritiva podem também restringir as vozes daqueles que respondem ao bullying, uma vez que podem permitir que agressores mobilizem as ferramentas de censura contra o discurso daqueles que respondem aos ataques.

Embora possivelmente perturbador para alguns, o caso da comunidade “Contra o Preconceito Entre Idades” (sem dúvida um nome eufemístico para a pedofilia, no sentido amplo) pode também servir como provocação, um teste para as complexidades e as rupturas potencialmente introduzidas nas discussões sobre a liberdade de expressão ou para alinhamentos esperados na luta pelos direitos sexuais, de um lado, e a liberdade de expressão e os direitos à informação, de outro.

# “A INTERNET TEM OS SEUS PERIGOS, MAS NÃO É UM LUGAR PERIGOSO”

## AS USUÁRIAS DE INTERNET EM MUMBAI NEGOCIAM INTIMIDADE E OFENSAS

*Maya Ganesh e Manjima Bhattacharjya*

### CONTEXTO

As atuais direções e recentes ações nas leis e políticas de tecnologias de informação e comunicação (TICs) refletem ansiedades sobre o ciberterrorismo, resultando em maior regulação de cibercafés, preocupação com a censura de conteúdo “obsceno” e proteção de crianças de danos e conteúdo sexual na internet. Existem dois problemas em relação a isso: um, que essas preocupações não são derivadas de uma base de evidências e, dois, que as realidades de usuárias e jovens são notavelmente ausentes. A pesquisa EROTICS na Índia visa a preencher essas lacunas por meio da documentação de experiências de uso da internet pelas mulheres de classe média na Índia urbana, e traz à tona suas vozes e problemas. Fazendo isto, a pesquisa contribui para construir uma base de evidências que reflete as realidades e os problemas de usuárias, que podem orientar as leis e políticas de internet na Índia.

Este estudo mostra como mulheres e jovens, em particular – devido ao seu crescente uso da internet – acesso e uso nas seguintes áreas:

- Em suas vidas diárias, particularmente em termos de sites de redes sociais, blogs e ativismo online

- Conteúdo sexual, experiências e relacionamentos
- Como elas negociam os seus riscos e se protegem
- O que elas pensam sobre regulação de conteúdo
- Suas estratégias para manter crianças seguras online
- E como as políticas de gênero de acesso à internet impactam suas vidas

Uma abordagem feminista orientou o desenho e a execução da pesquisa.

O estudo incluiu:

- um mapa detalhado do uso da internet e da sua regulação na Índia;
- um uso quantitativo de 150 jovens (120 mulheres e uma pequena amostra de 30 homens, com idades entre 18 e 25, estudantes, em sua maioria) para avaliar as tendências gerais e o uso da internet; e

- um estudo qualitativo de experiências de usuárias de internet por meio de pesquisas elaboradas com 31 pessoas entrevistadas. Foram 27 mulheres entrevistadas e uma pequena amostra de 4 homens, com idades entre 18 e 54, todos/as usuários/as de internet, incluindo jovens, estudantes, donas de casa, mulheres trabalhadoras/profissionais, bloggers, lésbicas e mulheres mais velhas.

Foi feito um esforço para incluir mulheres com deficiência, mas não foi possível ter acesso a usuárias com deficiência, devido às limitações da pesquisa. Entrevistas elaboradas levaram 90 minutos e foram conduzidas em locais públicos como cafés. Em poucos casos, as entrevistas foram conduzidas nas casas das pessoas entrevistadas, caso fosse mais conveniente e seguro. Dadas as limitações de tempo, alcance e recursos, o estudo foi conduzido apenas em Mumbai, a cidade com o maior número de usuários/as de internet no país. A pesquisa foi realizada de novembro a dezembro de 2009.

## Prazeres e perigos

Os resultados do estudo indicam que jovens tipicamente percebem a internet como essencial para ter êxito na Índia moderna devido ao seu alcance global e o acesso a diversas formas de informação. As pessoas entrevistadas se referiram a dois lados naturais da internet, relacionados tanto a prazeres quanto a perigos. Os vícios da internet foram altamente considerados como causa para preocupação nesse grupo, bem como não ser capaz de confiar em estranhos online e uma preocupação com a segurança de informação pessoal na internet. Aqueles avaliados não enfrentam muitas restrições no acesso à internet, embora jovens mulheres relatem questões infraestruturais, como conexões pobres e queda de energia, bem como a sensação de desconforto em cibercafés. Objeções dos pais ou do cônjuge também foram citadas como barreira significativa no acesso livre e completo à internet. Mulheres relataram que o acesso ao conteúdo sexual online foi “imoral” e “não-saudável”. Notavelmente, as pessoas entrevistadas foram cautelosas ao responder questões sobre sexo e sexualidade e muito poucas relataram que acessaram a internet para alguma coisa relacionada à sexualidade. Isso está na contradição

direta com resultados de estudos qualitativos, e indica que um estudo sobre sexualidade na internet é como produzir dados mais ricos quando métodos qualitativos são usados.

A pesquisa qualitativa através de pesquisas elaboradas com usuários/as regulares de internet resultou num rico e interessante uso da internet por mulheres. A amostra de pessoas entrevistadas foi principalmente da classe média, sendo a maioria (com exceção de estudantes abaixo de 25 anos) trabalhando fora de casa. A amostra teve acesso quase irrestrito à internet e enfrentou poucas limitações. Sites de redes sociais e bate-papo online são os espaços mais acessados online, particularmente por entrevistados/as jovens. Essa amostra não acessa rotineiramente cibercafés porque tem acesso à internet pessoal, tanto em casa, como em seus telefones celulares. Mulheres nessa amostra sentiram que cibercafés são espaços desagradáveis para se estar, citando-os como superlotados, barulhentos, não-privados, povoados por homens acessando pornografia e pessoas da classe trabalhadora. Blogueiras mantiveram uma relação com a internet que oferece a elas numerosas oportunidades de autoexpressão, e permite a elas desafiar ideias sobre o que é apropriado para mulheres falarem. Entrevistadas identificadas como homossexuais sentiram que a internet oferece liberdades imensuráveis – particularmente às que estão em condições de criminalização e enrustidas – para encontrar parceiras, redes sociais e para ativismo.

As mulheres jovens foram sonoras sobre a emoção de fazer amizade com estranhos online por meio de bate-papo; e sites de redes sociais permitem-lhes certa liberdade para se misturar com o sexo oposto e apresentar-se vestindo roupas “sexy” - todas as quais são estritamente reguladas em seus mundos offline. Isto lhes dá um sentido de ação e emoção. No entanto, esse grupo de mulheres é altamente consciente de ter o seu comportamento online controlado por membros da família e outras pessoas conhecidas e relatam ser cautelosas sobre como suas personas online podem ter repercussões sobre suas liberdades offline, particularmente a liberdade de acessar a internet. A honra da família está em jogo para as mulheres se o conhecimento de seu comportamento online vier à luz.

Entretanto, as mulheres entrevistadas foram bastante conservadoras no que elas fizeram online: flertes, romance, ver “fotos picantes” ou “vídeos sexy”. Mulheres

mais velhas também acessam a internet através de sites de redes sociais, embora mais para restabelecer contato com velhos amigos do que fazer amigos novos. O acesso a encontros e possíveis parceiros de vida foi significativo nas vidas de algumas mulheres que usam a internet. O acesso à pornografia não foi considerado tabu na amostra. As pessoas entrevistadas falaram sobre isso casualmente, e isso é visto como alguma coisa que é por prazer e para realçar um relacionamento íntimo. O acesso das crianças a conteúdo sexual na internet, no entanto, foi uma causa de preocupação para a amostra.

### Negociação de riscos

A regulação de conteúdo online não foi percebida como sendo uma opção viável ou efetiva por causa da convergência de diversas mídias, de forma importante, porque adultos reconhecem o seu direito de acessar conteúdo sexual para o seu próprio prazer. De acordo com as pessoas entrevistadas, o conteúdo sexual online não é restrito a uma categoria chamada “pornografia”. Além disso, as próprias pessoas entrevistadas produziram imagens e discursos para compartilhar na internet. Sites de namoro e casamento online também foram muito populares com homens e mulheres jovens. No entanto, conversar por meio de sites dedicados a bate-papo e sites de redes sociais foram a opção mais preferida para encontrar parceiros/as casuais para romance online ou offline.

As mulheres dizem que a perseguição online que elas enfrentam ocorre principalmente em fóruns de bate-papo quando pessoas estranhas assediam-nas para conversar ou dizer coisas inapropriadas (sexuais). Às vezes, pessoas estranhas que elas conhecem pela internet e com que têm tanto amizades casuais, flertes ou amizades íntimas ameaçam fazer chantagem se elas não levarem esses relacionamentos mais longe. Outras formas de experiências de danos online às mulheres são quando seus emails ou perfis de redes sociais são hackeados, são alvos de phishing e são manipulados. As mulheres também estão extremamente preocupadas com como suas imagens pessoais nos sites de redes sociais são usadas e manipuladas. Frequentemente, amigos e conhecidos homens são responsáveis por isso

– quando mulheres postam fotos que são “sexy demais” na internet, seus amigos querem controlá-las “pelo seu próprio bem”. Em termos de estratégias para estarem seguras, mulheres dizem que não compartilham dados pessoais e de localização com estranhos, e mudam suas palavras regularmente. Quando mulheres jovens publicam fotos sexy elas também internalizam limites socialmente impostos para o que é “apropriado” e inventam métodos para a autorregulação para garantir que elas não terão atenção indesejada. Em bate-papos online, mulheres também usam nomes falsos e fictícios para proteger suas identidades. Mulheres que são confiantes de estar protegidas na internet relatam que é mais importante ser confiantes e saber como se cuidar na internet. Os conteúdos online citados mais frequentemente foram pornografia infantil, discursos antinacionais de ódio, e vírus.

O acesso de crianças e adolescentes à internet é causa de preocupação porque o conteúdo sexual está tão facilmente disponível. Uma preocupação mencionada menos frequentemente, mas significativa, é que as crianças podem fazer amizade com pessoas estranhas adultas em sites de redes sociais. As mães na amostra tendem a monitorar o uso da internet por suas crianças de diversos modos como o uso de software de filtragem, proteção de senha e monitoramento do acesso à internet e históricos de navegação. Algumas se sentem desconfortáveis com a ideia de suas crianças visitarem cibercafés. Algumas pessoas entrevistadas também monitoram irmãos, irmãs, primos/as e assim por diante. A maioria das pessoas entrevistadas acredita que era mais importante conversar com seus filhos e educá-los sobre os riscos presentes na internet. Entretanto, com poucos recursos e pouca orientação sobre como exatamente conversar sobre conteúdo sexual e perigos potenciais na internet, os pais entrevistados se sentiram um tanto desconfortáveis e limitados em suas abordagens para manter as crianças protegidas na internet.

As pessoas entrevistadas em estudos quantitativos e qualitativos estavam geralmente desavisadas sobre leis e políticas relacionadas à internet. Havia pouco conhecimento de atos de TI e do papel governamental na regulação. Poucos facilitaram o controle governamental da internet e a amostra qualitativa foi, em geral, contra a ideia de filtragem de conteúdo online. A internet

indubitavelmente permite às mulheres encontrar a voz, a ação e a autoexpressão, protegendo seus direitos de sexualidade e direitos da comunicação, mas não tendo que negociar controles fora da internet e limitações existentes.

# QUEM TEM MEDO DA GRANDE INTERNET MÁ?

## A REGULAÇÃO DA INTERNET E O MOVIMENTO GAY NO LÍBANO

*Nadine Moawad e Tamara Qiblawi*

### CONTEXTO

A pesquisa EROTICS no Líbano investigou o relacionamento entre a internet no Líbano e o movimento de lésbicas desde o final da década de 90 até hoje. Buscou-se analisar a história e estratégias de uso da internet por lésbicas, a fim de compreender melhor o ambiente propício a uma internet livre e aberta no Líbano, que está em contraste com a internet altamente censurada em países árabes vizinhos. A pesquisa também olhou para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para expressar identidades sexuais, anonimato e privacidade online, organizar e vocalizar questões homossexuais dentro da blogsfera árabe. Em 2010, a interseção do movimento dos direitos da comunicação e o movimento de mulheres lésbicas tornou-se tangível com o propósito súbito de uma lei de TIC para censurar e regular a internet libanesa. Esse movimento para controlar a internet, influenciado pelas políticas regionais e globais, assim tornou-se uma parte significativa da pesquisa.

A chegada da internet no final dos anos 90 proporcionou uma plataforma muito necessária de anonimato e sigilo para websites de indivíduos gays e lésbicas. Depois mais tarde, websites libaneses, salas de bate-papo, listas de

email e outras tecnologias online foram criadas por indivíduos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros) para fornecer serviços de comunidade, que em sua maior parte giravam em torno de namoro e bate-papo. À medida que as tecnologias de internet se tornaram mais sofisticadas, em paralelo, as comunidades LGBT cresceram em número e vontade política. A comunidade se tornou mais organizada e mais estratégica no seu uso da internet para atingir suas metas. As mulheres, em particular, que começaram com um projeto da comunidade lésbica em meados dos anos 2000, que se transformou em um movimento homossexual feminista ao longo dos anos, tiveram um relacionamento mutuamente influente com o panorama da internet libanesa.

A pesquisa no Líbano é a primeira desse tipo. A equipe da pesquisa foi composta em sua maior parte por ativistas homossexuais, que foram testemunhas de primeira mão e agentes do movimento de várias capacidades. A equipe incluiu 6 pessoas responsáveis pelas entrevistas e transcrições e 2 responsáveis pela redação. A pesquisa começou em agosto de 2009 e terminou em agosto de 2010. O processo aconteceu em dois planos de

atividade que nós tentamos mostrar estarem altamente interrelacionados: o movimento de lésbicas libanesas e o ambiente de TICs no Líbano.

Em primeiro lugar, nós estudamos o ambiente de TICs como uma esfera independente e buscamos mostrar sua dinâmica com questões de regulação, monitoramento, e censura como componentes centrais. Algumas partes interessadas foram entrevistadas, incluindo especialistas em política, blogueiras/as, ativistas digitais e hackers. Nós também examinamos a literatura que explicou métodos de regulação, acordos políticos e deveres legais relacionados à internet.

Em paralelo, nós estudamos o movimento de lésbicas no Líbano examinando em particular o seu uso das TICs, estratégias e reflexões. Entrevistamos 12 mulheres ativistas que se identificaram como lésbicas, com idades entre 20 e 35 anos. As questões foram divididas em duas seções: primeiro, seu relacionamento pessoal com a internet; e segundo, suas estratégias de ativismo, detalhando como cada diferente TIC entrou em uso e/ou saiu de uso. Nós também entrevistamos 4 homens gays ativistas para examinar o componente de gênero do uso de TICs dentro do movimento LGBT central, dominado por homens. As entrevistas elaboradas serviram como base da análise da pesquisa, juntamente com revisões de literatura de estudos e artigos de imprensa, textos da comunidade de lésbicas na forma de artigos, publicações em blogs e um livro.

## Quem está olhando a internet?

À primeira vista, a internet libanesa pareceu um meio livre e aberto, mas outra pesquisa rapidamente revelou a vulnerabilidade de liberdades online e o aumento da influência de movimentos para controlar o uso da internet de três formas principais:

- Primeiro: Restrições legais foram estendidas para o domínio da internet arbitrariamente e envolveram ações judiciais ou prisões baseadas em coisas como comentários no Facebook, registro de nomes de domínios e publicações em blogs, apesar de não haver lei clara que governe a internet.

- Segundo: No meio de vizinhos fortemente censurados como Egito, Jordânia e Síria, o Líbano aproveita a liberdade online que é dificultada fortemente por uma conexão de internet muito lenta e cara. O Líbano está atualmente entre os menores do mundo em termos de velocidades de download (posição: 165 / 178) e upload (posição: 175 / 178). Ativistas online especularam que a internet lenta é, por si só, uma forma de censura.
- Terceiro: As taxas de monitoramento são muito altas. Provedores de serviço de internet no Líbano são requeridos legalmente a monitorar e manter logs (controles) de todos os sites visitados pelos seus usuários por dois anos. A pesquisa também revelou que os Estados Unidos concederam acesso à rede de comunicações libanesa (TETRA) como parte de um “acordo de doação” com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID - United States Agency for International Development). A TETRA dá acesso às comunicações móveis e na terra também oferece o Sistema de Informação Geográfica – um sistema que contém todos os dados geográficos como ruas, edifícios, bancos, embaixadas e principais bairros de segurança interna. Esse acesso à informação pode ser considerado uma enorme quebra de segurança nacional por causa das relações norte-americanas com Israel, um estado inimigo do Líbano. Além disso, o acordo de financiamento da USAID inclui recomendações políticas para limitar o acesso à internet por razões de proteção de crianças, que podem ter implicações de censura em todo o material relacionado à sexualidade.

Em junho de 2010, um projeto de lei sobre internet foi subitamente substituído para votação no parlamento libanês. O projeto sugeriu o estabelecimento de Assinaturas Eletrônicas e Serviços de Autoridade que teriam poderes legais para acessar informação sobre o uso da internet pelos cidadãos, suas contas pessoais, confiscar laptops e outros equipamentos e monitorar conteúdo online. Embora a lei tenha sido proposta arbitrariamente (ela foi retirada literalmente de forma aleatória de uma pilha de quatro anos de projetos de lei), ela demonstrou duas coisas importantes:

- A vulnerabilidade das liberdades da internet libanesa. Ativistas especularam que melhorias na infraestrutura

levariam a uma próspera indústria de comércio eletrônico, que levaria então ao lobby para o controle mais rigoroso e fiscalização legal da internet.

- A presença efetiva de lobby homossexual dentro do movimento pelos direitos da comunicação. Ativistas homossexuais foram rápidos ao levantar preocupações sobre censura de questões relacionadas à sexualidade e ramificações para o movimento LGBT.

Graças ao trabalho de lobby da aliança de ativistas digitais e organizações, a lei não passou no voto do Congresso e foi adiada para uma outra discussão.

### Online pela força, online pela escolha: “Nós temos que escrever”

Percebemos uma mudança principal na estratégia da relação histórica entre o movimento de homossexuais e a internet nos últimos 12 anos. Ativistas LGBT começaram o seu trabalho na internet em salas de bate-papo, websites e mailing lists à força, por causa de seu acesso limitado a esferas públicas dominadas pela homofobia que poderia conduzir a um estigma e/ou aprisionamento social. Tinham poucas outras opções. De 2003 a 2007, havia uma grande emergência fora da internet da visibilidade: clubes, restaurantes, organizações, eventos, aparições na mídia e outras atividades públicas. A atitude em direção a espaços homossexuais na internet mudou para desdenho. Salas de bate-papo e sites de perfis gays foram vistos como “inúteis” e com o único propósito de encontrar sexo.

Em 2008, vimos um forte retorno (conduzidos por mulheres) à internet como o principal lugar de organização, menos pela força agora e mais pela escolha estratégica da internet como um meio valioso e importante. As mulheres homossexuais usaram uma ampla variedade de tecnologias de comunicação disponíveis para expressar suas sexualidades, contar suas histórias, aumentar conhecimento, demandar igualdade e alcançar outras mulheres para se juntarem à comunidade. Com o aumento do poder de conteúdo gerado por usuários/as na internet, a blogosfera e o jornalismo dos cidadãos, mulheres homossexuais preferiram criar seus próprios canais de mídia eletrônicos a depender do jornalismo tradicional

para abordar questões de homossexuais.

Também perceptível a partir das entrevistas com mulheres homossexuais ativistas foi sua unificada, quase obsessiva estratégia de autorrepresentação, como uma das partes mais importantes de seu trabalho. “Devemos escrever” era visto como um mantra poderoso e foi a força motriz por trás da criação de uma revista semanal online, Bekhsoos.com. Isso também cancelou outras estratégias mais centrais e tradicionais do movimento LGBT, como paradas de orgulho e busca de visibilidade pública. A produção de conteúdo escrito, gráfico e multimídia de tudo, de narrativas pessoais de lésbicas a análise política de homossexuais, tornou-se a principal estratégia do movimento de mulheres homossexuais. Isso foi possível em razão das habilidades avançadas dos membros da comunidade para usar o software online e redes sociais, mantendo a privacidade e a segurança dos seus membros na internet. O caminho para se autorrepresentar também foi o resultado de lutas geopolíticas e uma resposta importante para a percepção de forte movimento imperialista para falar em nome das mulheres árabes e homossexuais.

As mulheres homossexuais ativistas se tornaram especialistas – ou tecnicamente capacitadas e centradas – em coletivos e fóruns online, muitas vezes se apresentando sob o guarda-chuva dos movimentos dos direitos sexuais, alinhando-se com movimentos árabes na Tunísia, Egito, Síria e o Golfo. Desta forma, elas foram hábeis em promover técnicas para enganar a censura a usuários/as que queriam acessar websites de gays e lésbicas em cidades de alta censura. A maioria dos provedores de serviço de internet no mundo árabe bloqueou automaticamente materiais de gays e lésbicas por senha. Por exemplo, os artigos do Bekhsoos.com foram conseqüentemente bloqueados pela maioria das conexões. Entretanto, o site tem sua própria página de Facebook e conta no Twitter que promovem métodos alternativos de acessar o seu conteúdo através de assinaturas RSS. A maioria das ativistas entrevistadas – tanto as especialistas em tecnologia quanto as lésbicas – concordou que a censura na internet é inútil, porque as usuárias sempre encontrarão métodos para enganar a censura.

## Oportunidades para influenciar políticas e/ou práticas

Devido ao forte ambiente homofóbico de outros países na região, o argumento de que uma internet aberta tem facilitado um forte movimento LGBT no Líbano favoreceria políticas de censura em outros países árabes, em vez de influenciar tomadores de decisão a abandonar a censura. A pesquisa apresenta resultados fortes, porém, para argumentar sobre uma internet aberta em lugares onde os tomadores de decisões realmente avaliam os direitos LGBT como direitos humanos. A pesquisa também fornece um argumento forte contra palavra-chave ou Filtragem de URL com base em material sexualmente explícito e tenta mostrar como homossexuais e feministas no Líbano estão definindo “os conteúdos nocivos” e o trabalho que estão fazendo para promover atitudes sexuais positivas na sua região.

Finalmente, os resultados da pesquisa EROTICS libanesa foram particularmente úteis para influenciar estratégias de ativistas sobre sexualidade no Oriente Médio e no Norte da África, porque apresentam a história e a prática do modelo bem-sucedido de organização pelos direitos LGBT. O modelo apresentado não dependeu de ser publicado (o que poderia ser mortal em muitas sociedades árabes) e focou fortemente em privacidade pessoal e segurança, embora tenha exibido informação útil, facilitando espaços seguros de encontro, empoderando indivíduos, fornecendo serviços e tornando-se um movimento poderoso.

# A INTERNET E AS IDENTIDADES SEXUAIS

## EXPLORANDO O USO DA INTERNET POR PESSOAS TRANSGÊNERAS E LÉSBICAS NA ÁFRICA DO SUL

*Jeanne Prinsloo, Relebohile Moletsane e Nicolene McLean*

### CONTEXTO

A pesquisa EROTICS na África do Sul foca o uso da internet por pessoas transgêneras e lésbicas da África do Sul. Este estudo é informado pelo argumento de que as políticas de regulação da internet devem ser baseadas em evidências empíricas e respostas às três seguintes questões:

1. Qual é a natureza e a forma da política regulatória e de censura atualmente existente na África do Sul e como é o seu impacto ou potencial impacto na liberdade de expressão sexual?
2. De que maneiras as pessoas transgêneras e lésbicas usam a internet para regular e exercer sua sexualidade?
3. Como esses assuntos compreendem os espaços oferecidos dessa maneira?

O contexto do uso da internet inclui o reconhecimento de uma divisão digital e o consequente acesso desigual e discrepâncias manifestas ao longo das linhas de diferenças demográficas de sexo, raça, níveis de renda e

geografia/localização. Em 2009, o número de usuários/as da internet na África do Sul aumentou para mais de 10% da população pela primeira vez. Além disso, o que é denominado “curva de experiência”<sup>1</sup> estabelece que existe um atraso de aproximadamente cinco anos entre o uso da internet e o uso de aplicações avançadas da internet, incluindo mídias sociais. Isso sugere que muitas pessoas sul-africanas que não usam a internet atualmente cada vez mais terão acesso de forma crescente, e que aquelas que não usam muitos dos aspectos sociais e de varejo, atualmente, farão isso cada vez mais.

A pesquisa é informada pelos entendimentos teóricos da internet como esfera pública e a possibilidade de comunidades virtuais. Inspira-se também nas teorias sobre gênero que reconhecem a ordem de gênero que critica o patriarcado e identificam seu funcionamento heteronormativo. O discurso heteronormativo da ordem de gênero dominante assume a heterossexualidade como norma e é intolerante com qualquer sentido de fluidez de gênero. Todas as formas de contestação de identidades de gênero sejam lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros

1. Goldstuck, A. (2010). Internet access In South Africa 2010. Johannesburg, World Wide Worx: 157.

ou intersexuais (LGBTI) são constituídas como “outros”. Uma distinção importante é feita entre “sexos” referindo-se a características biológicas de masculino e feminino, e “gênero” para maneiras sociais e culturais de exercer um gênero.

Na África o Sul, apesar da Constituição liberal, a homossexualidade e outras posições não-heteronormativas são recebidas com intolerância e violência em muitos casos. Para as lésbicas negras os desafios podem ser particularmente terríveis, visto que a homossexualidade é construída como uma importação do Ocidente, e esta crença é reforçada pela falta de visibilidade das mulheres nas relações do mesmo sexo. O controle de mulheres lésbicas tomou a forma de abuso físico extremo, incluindo “estupro corretivo” e homicídio.

### O terreno da política e da regulamentação da internet na África do Sul

A primeira pergunta deste estudo diz respeito à natureza e à forma da política de regulação e censura atualmente na África do Sul e como isso impacta ou potencialmente impacta a liberdade de expressão sexual. Por um lado, o quadro regulamentar do país e as leis e políticas que regulam a internet e que dizem respeito à sexualidade é informado pela Constituição, internacionalmente elogiada por sua progressiva Carta de Direitos, com seções que se referem à liberdade de expressão, acesso à informação, à igualdade e à falta de discriminação em termos de gênero e orientação sexual, e privacidade. Dentro desse quadro, as leis e as políticas têm de ser coerentes com estes direitos e recorrer à lei é possível para garanti-los. Por outro lado, nossa análise sugere que as leis e políticas que têm sido aprovadas tendem a ser punitivas e, principalmente, de caráter censurador, embora com a intenção de proteger os indivíduos vulneráveis em nossa sociedade (principalmente crianças da pornografia). Por exemplo, a Lei de Emenda sobre Filmes e Publicações (No. 34 de 1999) incluiu na sua definição de publicação quaisquer mensagens e comunicações em redes distribuídas, incluindo a internet, e obriga os cidadãos a denunciar qualquer pessoa envolvida na produção, distribuição ou posse de

pornografia infantil, com alterações posteriores à Lei que aumentou as penas para crimes envolvendo pornografia infantil e outros.

### O uso da internet por pessoas transgêneras e lésbicas

Buscando responder as questões 2 e 3 acima sobre o uso da internet e atitudes na internet, o foco é primeiro direcionado para uso por pessoas transgêneras e depois, lésbicas. Eles incluíram análise de discurso crítico de postagens no caso de um site transgênero e da “websfera” lésbica da África do Sul.<sup>2</sup> Além disso, entrevistas presenciais foram realizadas com pessoas transgêneras que usavam o Gender Dynamix (GDX), e questionários eletrônicos foram utilizados para voluntários na parte da pesquisa com as lésbicas.

As publicações no site de transgêneros (Gender Dynamix) foram analisadas com foco em dois fóruns, denominados Papo de Meninos (Boy Talk) and Papo de Meninas (Girl Talk), e através das lentes de gênero descritas acima. Isso é apropriado quando pessoas transgêneras podem rejeitar seu sexo atribuído, elas não necessariamente questionam os papéis de gênero que o patriarcado propõe. A análise leva à forma de análise de discurso crítico e temas particulares, e padrões foram identificados.

Com referência ao Boy Talk, as séries de metas que os homens transgêneros alcançaram no processo de transição foi o primeiro plano. Por causa da complexidade de transição e de duração que isso exige, essas questões predominam e todos os estágios de transição foram aumentados. Então, as conquistas de metas são recebidas de uma forma distinta de celebração. Foi notável que alguns dos tópicos sinalizaram as dificuldades de transição ou em primeiro plano sendo marginalizados (por conta de identificar como transexual em vez de seu sexo atribuído) como um tema embora tenha sido mencionado. Pelo contrário, o tom foi em geral positivo, apesar dos duros desafios enfrentados por pessoas transgêneras. As publicações também apresentaram GDX como um aprendizado. O argumento feito foi que os sites de internet podem fornecer um espaço para as pessoas

2. Foot, K. (2006). Web sphere analysis and Cybeculture Studies. Critical Cyberculture Studies. D. Silver and A. Massanari. New York, New York University Press: 88-96.5.6.7.

experimentarem identidades e comecem a habitar ou praticar essas identidades. Elas usaram o GDX como um espaço para exercer gênero. Um aspecto marcante da performance de gênero se refere à linguagem de gênero e de homens transgêneros dirigida uns aos outros com frequência, usando palavras que são sinônimo de “homem” para sinalizar que a pessoa a ser abordada é do sexo masculino e as formas de abordagem são marcadores de ser masculino. Outro resultado significativo é que as publicações atuais em Boy Talk foram geralmente curtas, geralmente factuais e menos emocionais ou pessoais que em Girl Talk. Em outras palavras, elas eram mais consistentes com o que são consideradas formas masculinas de comunicação.<sup>3</sup>

Embora as postagens sobre Girl Talk fossem diferentes daquelas de Boy Talk de muitas formas, em muitos aspectos, houve uma semelhança crucial, ou seja, o foco em atingir metas na transição. Ao oferecer o apoio aos membros que manifestaram preocupações sobre seus processos, as publicações defenderam atitudes positivas, mas eram muito conscientes dos desafios enfrentados. Um tema de clara diferença em Girl Talk relacionado às postagens frequentes que demonstram carinho e empatia, um reconhecido papel feminino. Também notável foi o uso de significantes femininos na linguagem utilizada no Girl Talk, que contrastava acentuadamente com o “cara” de Boy Talk, e foram consistentes com os códigos de conduta feminina naturalizados sob o patriarcado.

As entrevistas subsequentes com pessoas transgêneras MTF (male to female, de homem para mulher, em inglês) e FTM (female to male, de mulher para homem, em inglês) são estruturadas na pesquisa em termos de perturbação que o fato de ser uma pessoa transgênera trouxe às suas vidas e às fases subsequentes que reagem a essa interrupção. Notavelmente foi por meio da mídia que a maioria dos entrevistados se tornou consciente da categoria de transgêneros. Na grande mídia as pessoas transgêneras foram tratadas como bizarras. Foi também através da mídia, especificamente a internet, que elas adquiriram outras informações, desta vez de outras pessoas transgêneras e sites que lhes permitiram compreender suas sexualidades e agir em termos de transição. Os maiores valores em termos de internet foram atribuídos ao seu potencial de informação e em

termos de um sentido de comunidade ou solidariedade possível. Argumenta-se que a internet e Gender Dynamix servirão para capacitar essa comunidade virtual de pessoas transgêneras em termos dos três critérios identificados que constituem uma comunidade, ou seja, o investimento emocional, a interação social e canais abertos de comunicação.

Investigar o uso da internet por lésbicas foi mais complexo. Tornou-se aparente que a rede online de lésbicas era mais fragmentada e complexa que o que foi antecipado e esse reconhecimento informou então nosso processo de pesquisa. Uma websfera de lésbicas foi desenvolvida e tornou-se evidente que existem diferentes tipos de sites, incluindo sites de namoro, estilo de vida e sites políticos ou ativistas, todos voltados para diferentes interesses.

Os sites de namoro estão limitados a namoro e relacionamentos e assim operam especificamente na esfera privada. No entanto, eles são importantes como um espaço para articular a identidade sexual, para, potencialmente, sair e criar uma rede social pessoal para lésbicas. Ser um espaço virtual torna um site de namoro fisicamente seguro, especialmente para aquelas lésbicas que acham necessário esconder sua orientação sexual para autoproteção. Esse sentimento de identidade também é um precursor essencial para qualquer política de identidade que daí possa resultar.

Sites de estilo de vida se diferenciaram por serem produtos de nichos de mercado e, assim, terem um impulso consumista forte. São sites híbridos com linhas de namoro e política, ainda que na forma de notícias leves. Estudiosos críticos questionaram se tais sites podem capacitar seus patronos, como cidadãos visto que qualquer discurso político é limitado pela seleção e construções de produtores de conteúdo. Embora esses sites não satisfaçam todos os critérios sugeridos como fundamentais para uma comunidade online, ou seja, canais abertos de comunicação, eles são significativos para o senso de comunidade para usuárias lésbicas.

Finalmente, a categorização de sites como políticos foi baseada no fato de que continham publicações relativas aos direitos de lésbicas e lutas, embora possam potencialmente servir tanto para fins sociais e políticos.

3. Campbell, J. E. (2007). Virtual citizens or dream consumers: looking for civic community on Gay.com. *Queer online. Media technology and sexuality*. K. O’Riordan and D. J. Phillips. New York, Peter Lang: 197-216

Daqueles examinados, havia pouca evidência de engajamento social, mas eles exerceram um importante papel competente e informativo. Embora eles assumam um investimento emocional por parte dos membros do site, os outros critérios para uma comunidade virtual, a interação social e canais abertos de comunicação não foram encontrados no momento da pesquisa.

Em resposta à pergunta se esses locais constituem uma comunidade lésbica, as respostas precisaram ser experimentais. Embora possa haver uma forte comunidade de lésbicas sul-africanas, não havia nenhuma evidência de uma forte comunidade virtual. É claro que poderia haver uma comunidade online mais vibrante. Com a migração para o Facebook e a consequente erosão desses espaços, é possível que algum espaço novo ou diferente ou superfície poderia emergir como um espaço deliberativo para lésbicas sul-africanas, tanto pessoal quanto político.

A próxima etapa da investigação centrou-se em percepções das lésbicas em relação ao valor e aos perigos da internet utilizando questionários administrados online. Eles foram estruturados para investigar detalhes na internet relacionados à identidade e à sexualidade; acesso à internet e atitudes para a internet, a utilização das entrevistadas e a percepção da relevância da internet para gays e lésbicas; interações online/offline; e sexo e internet. O acesso à internet na África do Sul está ligado à classe e, conseqüentemente, raça, como resultado de sua história de apartheid e por isso, apesar de várias tentativas de obter mais pessoas entrevistadas negras, a maioria das pessoas era branca. Essa pouca participação de lésbicas negras pode ser atribuída a vários fatores, incluindo menos acesso e maiores riscos associados à exclusão.

Houve um acordo considerável em termos do valor da internet como provedor de informação, particularmente em torno de questões de sexualidade. Do modo similar, isso foi considerado valioso para a interatividade e rede de contatos possibilitados. Ao contrário do sentido da internet de não servir totalmente como uma comunidade estabelecida na crítica da websfera de lésbicas acima, a internet foi vista positivamente em termos de interação social e canais abertos de comunicação, e como uma comunidade virtual. Alguns dos entrevistados perceberam

a internet como particularmente perigosa, embora tenham admitido perigo para outras pessoas mais vulneráveis, particularmente as crianças. Associado a isso, a maioria se opôs a qualquer censura.

## Conclusões

Nossa análise sugere contradições entre uma Constituição progressista e de autorização de um lado e políticas punitivas e censoras e quadro regulatório. É nessas contradições que lésbicas e pessoas transgêneras, sujeitos da investigação dessa pesquisa, construíram e exerceram suas identidades, incluindo suas sexualidades. As políticas de censura e o quadro regulatório obrigam o potencial da democracia da internet e potencial de empoderamento, especialmente para aquelas que são marginalizadas de alguma forma.

Argumenta-se que, independentemente do uso da internet atual, é especialmente em momentos de confronto ou quando as liberdades civis estão sob ameaça (como quando a sociedade marginaliza e viola os direitos de grupos sexuais minoritários), que a internet é potencialmente um espaço para essas lutas, onde contrapúblicos possam aderir e oferecer resistência suficiente para proteger as liberdades e os direitos humanos e desafiar a construção da ordem de gênero. No entanto, um espaço tão libertador é ameaçado pela introdução de políticas de censura e leis como as que existem e estão sendo planejadas na África do Sul.

# ACESSO DESIGUAL À INFORMAÇÃO: OS JOVENS, O SEXO E A LEI – A REGULAÇÃO DE CONTEÚDOS EM BIBLIOTECAS DOS EUA COM FINANCIAMENTO PÚBLICO

*Melissa Ditmore e Kevicha Echols*

## CONTEXTO

O foco da pesquisa EROTICS nos Estados Unidos é o acesso e restrição a informações sobre sexualidade. Foi realizado um estudo em bibliotecas de todo os EUA para tentar responder às nossas questões sobre os efeitos dos filtros obrigatórios de acesso à informação para prevenir os jovens de acessar “conteúdos nocivos.” Nosso objetivo era ver o material que estava sendo filtrado, tecnologias que estavam em uso e que processos de decisão estavam no trabalho.

Enquanto estamos preocupados com o acesso à informação usando a internet, as questões do acesso à informação, informações particularmente sexuais, e como a informação é restrita data de antes da internet. Informações sobre assuntos sexuais têm um histórico de restrição nos EUA, incluindo a censura de informações da era vitoriana sobre o controle de natalidade, enviadas pelo correio, decisões do século 20 sobre quem pode usar a pílula anticoncepcional, e agora, as discussões sobre educação sexual para crianças e adolescentes em idade escolar.

O uso da internet se tornou rotina para os americanos, mas muitas pessoas não têm computadores e usam-nos em escolas e bibliotecas públicas. A Lei de Proteção da

Criança na Internet (CIPA - Children’s Internet Protection Act) ordena a implementação de estratégias e técnicas como software de filtragem para restringir o conteúdo de internet em locais de acesso à internet pública, que incluem escolas e livrarias que recebem financiamento do governo dos Estados Unidos. A CIPA é um produto de longo processo para controlar conteúdo “aceitável” na internet, ostensivamente motivado pela preocupação pelo bem-estar das minorias.

Essas restrições estão ligadas aos exemplos anteriores de informações restritas sobre o controle de natalidade, pois ambas foram promovidas pelos conservadores sociais com uma agenda específica moral. A história parece estar se repetindo como informação sobre sexualidade e a educação sexual baseada na escola - que inclui as recebidas pelos adolescentes - é limitada à educação de “apenas abstinência”. Os mesmos atores têm defendido para esses limites na internet informações baseadas em instituições financiadas pelo governo federal.

A pesquisa mostrou que essa educação de apenas abstinência não teve qualquer efeito em retardar a atividade sexual entre os adolescentes e pode de fato contribuir para infecções sexualmente transmissíveis

visto que os alunos matriculados nesses programas deixam de usar preservativo na primeira relação sexual.<sup>4</sup> Judith Levine observa que “proteger” os adolescentes e classificar as informações sobre a sexualidade como “prejudicial a menores” é prejudicial, uma vez que promove a desinformação, politiza fenômenos que são inerentes ao desenvolvimento humano e é associado à gravidez na adolescência e contaminação.<sup>5</sup> Épocas anteriores demonstraram que os esforços para “proteger” as mulheres restringiam o seu movimento, privavam-nas de informações críticas e levaram à detenção e encarceramento de mulheres por coisas que estão agora ligadas ao namoro e sexualidade normais, como viajar para visitar parceiros íntimos e aprender sobre métodos de planejamento familiar e usá-los. Adolescentes americanas estão atualmente sujeitas a riscos tanto legais quanto físicos, na forma de acusação pelo uso de novas tecnologias na exploração de sua sexualidade.

Particularmente preocupante é a prática do “sexting”: envio e recebimento de mensagens de celular com fotografias de nudez parcial ou total e/ou outros conteúdos sexuais. A empresa de pesquisa Nielsen Group informou que 77% dos/as adolescentes dos EUA possuem um telefone celular e que 83% dos/as adolescentes usuários/as de celular usam mensagens de texto. Telefones celulares fornecem um meio amplamente utilizado de troca, incluindo conteúdo sexual, cuja distribuição pode ter consequências de longo alcance.

Os perigos mais óbvios são de que o conteúdo sexual, tais como imagens com informações de identificação pessoal anexadas, pode atrair atenção indesejada, causar constrangimento ou reputações danosas. Mais seriamente, a posse ou a distribuição de tais imagens pode levar os jovens a violar as leis de pornografia infantil. Por exemplo, um jovem do estado da Flórida recebeu fotos de nudez de sua namorada quando ele tinha 17 anos, e depois de romper com ela, ele enviou fotos dela para a sua lista de contatos. Poucos dias depois de seu 18º aniversário, ele foi preso e acusado de cerca de 75 acusações de pornografia infantil. A situação particular da lei de pornografia infantil nos EUA expõe pessoas remetentes e destinatárias a punições draconianas e de consequências duradouras, como serem obrigadas a registrar-se como criminosas sexuais. Leis destinadas a

proteger os/as jovens de adultos predadores podem e estão sendo usadas para punir jovens por atos que podem, de fato, ser melhor abordados por meio de proteções com mais privacidade.

## O problema com restrições

Criamos um levantamento online de 10 itens para ser concluído usando um computador da biblioteca, a fim de aprender que termos sexualmente relacionados podem ser bloqueados e que tipos de sites eram fáceis e de difícil acesso. Também entrevistamos funcionários/as da biblioteca em seus locais de trabalho e através de telefone e email sobre as maneiras como essas questões foram abordadas.

Descobrimos que as restrições implementadas para evitar que menores de idade tenham acesso à informação sexual são implementadas de diversas formas nos Estados Unidos, tornando-as quase aleatórias na realidade. Métodos utilizados incluem o bloqueio de sites específicos, bloqueando determinadas palavras em pesquisas na internet, usando filtros de conteúdo comercialmente vendidos e exigindo que os usuários concordem com os termos de serviços incluídos não buscando material inadequado. Termos e sites bloqueados pareciam imprevisíveis e incluíam casos de bloqueio excessivo, ou proibição de acesso a informações que são claramente não “prejudiciais a menores”, incluindo sites de organizações de serviços e sites concebidos para adolescentes. Em muitos casos, o acesso à informação era restrito para todos os/as usuários/as e não apenas para as pessoas com menos de 17 ou 18 anos de idade. Dependendo da biblioteca, um/a usuário/a pode não ser capaz de encontrar informações sobre câncer anal ou contato de advogados no Projeto Profissionais do Sexo.

Muitas palavras ou frases não identificam conceitos inequivocamente, o que representa um grave problema para filtros baseados em palavras-chave. Uma entrevista com Harriett Selverston, ex-presidente da Associação Americana de Bibliotecas Escolares (American School Library Association), ofereceu alguns exemplos inesperados que bloqueiam o acesso à informação

4. Kirby, Douglas. 2007. *Emerging Answers: 2007 Research Findings on Programs to Reduce Teen Pregnancy and Sexually Transmitted Diseases*. Washington, D.C.: National Campaign to Prevent Teen and Unplanned Pregnancy.

5. Levine, Judith. *Harmful to Minors*. Thunder's Mouth Press, New York, 2003.

6. Associated Press (2009, January 15). “Sexting” Shockingly Common Among Teens. CBS NEWS/Associated Press.

científica. “Nós tivemos filhos estudando informações sobre o espaço. Havia um site sobre exploração de Marte. Agora, se você pode escrever a palavra Marte (Mars) e a palavra exploração (exploration) do lado dela, você tem a pequena palavra de três letras “sex”: marsexploration. Um filtro iria pegá-lo e lê-lo como “sexo” em vez de “marsexploration”.

Uma biblioteca que compra software de filtragem para bloquear pornografia pode não estar ciente de que os desenvolvedores de software incluíram bases pessoais ou políticas em sua decisão de incluir temas “controversos” como aborto ou homossexualidade sob o título de conteúdo ofensivo. “A Organização Nacional para Mulheres (National Organization for Women), chamada NOW, foi bloqueada porque tinha páginas de direitos de gays e lésbicas no seu site [...]”, comentou Harriett Selverstone. “Pessoas do American Way foram bloqueadas. É um grupo sem fins lucrativos e foi bloqueado por outro filtro chamado Netshepherd. O site da Aliança Gay e Lésbica Contra a Difamação (GLAAD - Gay and Lesbian Alliance Against Defamation) foi bloqueado. O engraçado foi que, em um ponto, a Associação Nacional de Rifle (National Rifle Association), um grupo muito conservador, teve a sua própria página de direitos sobre armas bloqueada porque foi considerada um site adulto. As mesmas informações sobre sexo da Planned Parenthood foram bloqueadas. Havia uma autoridade em AIDS, site de conscientização sobre a AIDS, bloqueado pelo ciberpatrulhamento... Se você pensar sobre o quão importante é essa informação sair de uma comunidade, então as pessoas não teriam acesso a esses sites.”

Outro problema com filtros é que eles podem muitas vezes ser ignorados. Pessoas jovens, alvo principal de filtragem restritiva, podem de fato ser as mais tecnicamente mais hábeis em fazer isso. Tecnologias, tais como servidores proxy, podem oferecer um meio para contornar os filtros de conteúdo. Menores de idade que não podem acessar conteúdo restrito na escola, na biblioteca ou em casa, podem, como alternativa, acessar a internet pelo seu telefone celular, uma plataforma não-filtrada. O maior impacto de filtros projetados para proteger os/as menores pode, de fato, cair sobre os/as usuários/as adultos/as.

Em alguns casos, os indivíduos poderiam pedir que um

determinado site fosse bloqueado. Isso introduz um novo tomador de decisão no processo. Solicitações desse tipo podem refletir os interesses pessoais, mas os indivíduos também podem atuar como agentes de um grupo de interesse, apresentando pedidos que refletem a agenda do grupo.

A pergunta que surge é de transparência e responsabilidade. Quando quase ninguém pode determinar o que pode e não pode ser visto, todo o sistema torna-se arbitrário de forma preocupante. Determinar por que um determinado site ou página foi bloqueado e desfazendo escolhas mal-intencionadas ou inúteis pode ser um processo extremamente difícil.

### Aprofundamento da divisão de informação

No período da pesquisa EROTICS, as economias dos EUA e global encolheram. Um maior número de pessoas é agora dependente de acesso compartilhado à internet por meio de bibliotecas públicas. Esses/as “novos/as usuários/as de internet de bibliotecas” podem ser pessoas cuja familiaridade com tecnologia da informação é limitada por razões relacionadas à idade, nível de educação, situação econômica ou outros fatores. É mais difícil para elas do que para os jovens evitar obstáculos localizados em seu meio na forma de filtros eletrônicos e outras restrições de acesso.

O potencial para criar uma “divisão digital” é considerável. De um lado estão as pessoas que controlam o seu próprio acesso à internet e aproveitam o acesso irrestrito à informação. De outro lado estão aquelas que dependem umas das outras e aquelas cujo acesso é limitado por soluções técnicas fixadas no local devido à CIPA. O risco para esses/as usuários/as privados/as eletronicamente é que o reduzido acesso à informação vai aprofundar sua marginalização e tornar mais difícil para eles/as manter o ritmo com pessoas que têm a sorte de desfrutar do acesso sem obstáculos.

Nosso estudo revelou que o acesso à informação, nesses casos, é arbitrário e confuso. É difícil dizer com certeza

qual informação vai ou não estar disponível num dado local. Os fatores que influenciam o acesso são obscuros, e as pessoas responsáveis pela tomada de decisões são difíceis de identificar e muitas vezes incompreensíveis pelas escolhas que fazem.

O acesso à informação não está necessariamente nas mãos do indivíduo, independentemente da sua idade. Pelo contrário, terceiros como bibliotecas comunitárias, desenvolvedores de software, grupos de interesse e outros – podem determinar isso. Essas são, ou deveriam ser, questões de preocupação para todo mundo. Os benefícios que a internet pode trazer são consideráveis, mas as questões de incerteza, tomadas de decisão arbitrárias, acesso bloqueado ou desigual podem prevalecer sobre esses benefícios.

A rede EROTICS é composta por pesquisadores, acadêmicos, escritores e ativistas no campo da sexualidade, direitos sexuais, e direitos da internet e da comunicação.

### AUTORES DE EROTICS DO BRASIL

A pesquisa EROTICS no Brasil é um esforço colaborativo feito pelo Observatório de Sexualidade e Política (SPW - Sexuality Policy Watch) – um fórum global de pesquisadores e ativistas – e o Centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos (CLAM) – um centro regional de recursos de pesquisa em sexualidade. Sonia Corrêa é a Co-presidente do Observatório e da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Jandira Queiroz é jornalista, ativista LGBT e feminista, e Assistente de Projeto do secretariado brasileiro do SPW. Marina Maria é jornalista e Assistente de Projeto do secretariado brasileiro. Ela está atualmente fazendo um mestrado em Comunicação, Informação e Saúde. Bruno Zilli é doutorando em Ciências Sociais e pesquisador do CLAM. O Doutor Horacio Sívori PhD é antropologista. Atualmente ele é coordenador regional do CLAM e pós-doutorando no Instituto Social de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. .

### AUTORES DE EROTICS DA ÍNDIA

Maya Ganesh e Manjima Bhattacharjya são pesquisadoras independentes baseadas em Bangalore e Mumbai. Ambas tiveram uma história compartilhada de trabalho no movimento de mulheres da Índia como pesquisadoras e ativistas. Manjima tem doutorado em Sociologia de Universidade de Jawaharlal Nehru em Nova Délhi, Índia. Maya tem mestrado em Estudos de Mídia e Culturais da Universidade de Sussex e trabalhos do Coletivo Tático de Tecnologia (Tactical Technology Collective).

### AUTORES DE EROTICS DO LÍBANO

Nadine Moawad e Tamara Qiblawi são escritoras e ativistas baseadas em Beirute, Líbano. Nadine é ativa em iniciativas de gênero e co-fundou Nasawiya, um coletivo feminista. Tamara é uma jornalista que escreve sobre questões socioeconômicas e está trabalhando no início de um centro de recursos em gênero em Nasawiya.

### AUTORES DE EROTICS DA ÁFRICA DO SUL

Jeanne Prinsloo é professora emérita afiliada à Universidade de Rhodes e pesquisadora independente e professora universitária com conhecimento em campos de mídia, gênero, educação e identidade. Relebohile Moletsane é professora em Educação Rural na Universidade de KwaZulu-Natal. Ela tem uma experiência extensa em ensino e pesquisa nas áreas de estudos de currículo e gênero e educação, incluindo violência baseada em gênero e suas ligações com HIV e AIDS e estigma relacionado à AIDS, políticas do corpo, bem como estudos sobre adolescência feminina em contextos sul-africanos. Nicolene McLean é mestranda em Estudos de Mídia na Universidade de Rhodes e suas áreas de interesse incluem tecnologias de novas mídias, gênero, representação e construção de identidade.

### AUTORES DE EROTICS DOS EUA

Melissa Ditmore tem doutorado em sociologia e certificado de graduação em Estudos sobre Mulheres. Ela é uma notável estudiosa do trabalho de sexo com três livros e numerosos artigos. Kevicha Echols é doutoranda no programa de Sexualidade Humana na Universidade de Widener.

### COORDENADORA DO EROTICS

Jac SM Kee é Coordenadora de Advocacy dos Direitos das Mulheres da APC, e lidera a pesquisa EROTICS e Take Back the Tech! (Retome a Tecnologia!), uma campanha global que conecta tecnologias de comunicações emergentes e violência contra as mulheres. Correio eletrônico: jac@apcwomen.org

Para mais informações sobre o projeto, incluindo artigos sobre os resultados iniciais, acesse [erotics.apc.org](http://erotics.apc.org)



ASSOCIAÇÃO PARA O PROGRESSO DAS  
COMUNICAÇÕES

Internet e TIC para o desenvolvimento e a justiça social

A APC é uma rede internacional de organizações da sociedade civil fundada em 1990 que empodera e dá assistência para as pessoas que trabalham pela paz, os direitos humanos, o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente, através do uso estratégico das tecnologias de informação e comunicação (TIC). A APC trabalha para construir um mundo onde todas as pessoas tenham um acesso fácil, equitativo e acessível ao potencial criativo das tecnologias de informação e comunicação para melhorar as suas vidas e criar sociedades mais igualitárias e democráticas.

---

w w w . a p c . o r g   i n f o @ a p c . o r g

Produzida pela Associação para o Progresso das Comunicações (APC). Conduzida com o apoio da Fundação Ford.

**://EROTICS**  
EXPLORATORY RESEARCH ON SEXUALITY & ICTS

EROTICS: PESQUISA EXPLORATÓRIA SOBRE SEXUALIDADE E INTERNET  
FEBREIRO 2010

APC-201112-WNSP-I-PT-PDF-111  
ISBN: 978-92-95096-20-2

Licença Creative Commons 3.0 <creativecommons.org/licenses/by-ncnd/3.0/>  
Alguns direitos reservados.

ISBN 978-92-95096-20-2



9 789295 096202 >